

A EVOLUÇÃO RECENTE DO PENSAMENTO DE MARCOS COSTA LIMA: UM PANÓRAMA ENTRE 2011 E 2021

THE RECENT EVOLUTION OF MARCOS COSTA LIMA'S THOUGHT: AN OVERVIEW BETWEEN 2011 AND 2021

Joyce Helena Ferreira da Silva (UFPE) | joyce.hfs87@gmail.com | Professora de Relações Internacionais, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisadora associada da Coordenadoria de Estudos Asiáticos (Centro de Estudos Avançados - UFPE) ¹

Ana Carolina Costa (UFPE/UNICAMP) | scostacarolina@gmail.com | Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora associada da Coordenadoria de Estudos Asiáticos (Centro de Estudos Avançados – UFPE) ²

Recebimento do artigo Agosto de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

Resumo: Este artigo tem como objetivo colocar em evidência os principais e mais recentes tópicos de pesquisa do Professor Marcos Costa Lima. Será lançada luz em seus escritos mais relevantes dos últimos dez anos (2011-2021), bem como a pulverização destes temas em seminários, livros, debates e grupos de pesquisa. Ao final, salientar-se-á a complexa articulação entre todos os pontos de investigação, mostrando que faziam deste pesquisador um daqueles com maior capacidade de diálogo interdisciplinar. A análise de Costa Lima é rica em abrangência, profundidade e na estruturação do fato conjuntural em uma visão de longo prazo. Tal contribuição possui capilaridade ampla e uma envergadura difícil de ser atingida. Desde um ponto de vista metodológico, será procedida uma revisão de literatura de suas principais contribuições, por temas que vão desde desenvolvimento econômico, o desenrolar da conjuntura política brasileira, o papel da China, a questão agrária e o meio ambiente. Ao final, objetiva-se contribuir com a sistematização do pensamento recente deste autor, apresentando os pontos de convergência de suas análises.

Palavras-chave: Marcos Costa Lima; desenvolvimento econômico; China; Brasil; meio ambiente.

Abstract: This article aims to highlight the main recent research issues developed by Professor Marcos Costa Lima. It is intended to shed light on his most relevant writings of the last ten years (2011-2021), as well as the dissemination of these themes in seminars, books, debates and research groups. In the end, it will be highlighted the complex articulation between all the points of investigation, showing that its made this researcher one of those with the greatest capacity for interdisciplinary dialogue. Costa Lima's analysis is rich in scope, depth and in the structuring of the conjunctural fact in a long-term view. This contribution has wide capillarity and a scale whose stature is difficult to achieve. From a methodological point of view, a literature review of its main contributions will be carried out, covering topics ranging from economic development, the unfolding of the Brazilian political conjuncture, the role of China, the agrarian question and the environment. In the end, we aim to contribute to the systematization of this author's thinking, presenting the points of convergence of his analyses.

Keywords: Marcos Costa Lima; Economic Development; China; Brazil; Environment.

1. INTRODUÇÃO

Em 1878, Machado de Assis escrevia que, no Brasil, “a ciência política acha um limite na testa do capanga” (2021, p.10). De fato, as ciências sociais encontram uma série de limitações a partir da compartimentalização, acelerada ao longo do século XX, da sobreposição da substância pela primazia do método e de abstrato rigor científico – desacoplado da realidade. A mimetização dos procedimentos próprios das ciências naturais, a influência do fazer acadêmico norte-americano e do neoliberalismo, a ânsia em se comprovar ciência, fazem com que os vasos comunicantes sejam fechados e que a compreensão da totalidade, ainda que inatingível, não seja, sequer, aventurada.

Neste cenário, resistem alguns pensadores: aqueles que querem ir além “da testa do capanga” e, mais, que desejam colocá-lo em evidência, desvendá-lo, combatê-lo. Ao trabalhar com temas como economia política internacional, crise do sistema capitalista, crise ambiental, inserção chinesa na ordem global, para citar apenas alguns, Marcos Costa Lima contribui para uma ciência social crítica, humanista e propositiva, que vai além de avaliações estáticas. Sua análise convida a uma reflexão ampla e aponta para a necessidade urgente de mudanças, de transformação do mundo.

¹ No Centro de Estudos Avançados coordena a Curadoria “Política Industrial e Instituições” e trabalhou lado a lado com o Professor Marcos Costa Lima desde 2010.

² No Centro de Estudos Avançados coordena a Curadoria “Tecnologia em Inovação” e acompanhou com maior proximidade os últimos anos de trabalhos e pesquisa do Professor Marcos Costa Lima.

A produção de Marcos Costa Lima é vasta e se desdobra, também, em uma série de trabalhos sob sua supervisão. Como Professor, segundo a plataforma Lattes, orientou 19 teses de doutorado, 48 dissertações de mestrado, 32 monografias, 10 especializações e 4 pós-doutorados. Ao longo de sua carreira, de acordo com o seu acervo pessoal, foram mais de 400 artigos e 26 livros publicados enquanto editor, além de mais de 100 capítulos publicados em livros.

Neste artigo, objetiva-se traçar um panorama dos trabalhos recentes deste importante pesquisador brasileiro, que tanto auxiliou para a expansão do estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais no país. Neste levantamento, serão apresentadas suas principais preocupações e temas de pesquisa dos últimos dez anos (2011-2021). Ao final, pretende-se articular toda esta agenda e demonstrar que a interdisciplinaridade é um atributo fundamental da obra deste pensador, capaz de encadear temas complexos – que possuem grandiosa capacidade de explicação da complexa realidade social.

Para isto, este artigo está dividido nas seguintes seções, além desta (i) introdução: (ii) a economia política do desenvolvimentismo: escritos de 2011 a 2014; (iii) questão agrária e estrangeirização de terras: escritos de 2018 e 2019; (iv) a preocupação com a ascensão chinesa e seu papel na economia mundial: escritos de 2015 a 2021; (v) a crise do capitalismo pela ótica ambiental: escritos de 2018 a 2021; (vi) considerações finais.

2. A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTISMO: ESCRITOS DE 2011 A 2014

O ponto que inaugura esta análise, 2011, é marcado por uma agenda fortemente centrada na questão do desenvolvimento econômico, com enfoque no Brasil. Logo no início daquele ano, o Professor Marcos Costa Lima coordenou um trabalho, a partir do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, que traria como resultado final a publicação de um livro, por ele organizado. Trata-se do terceiro volume da série “Pensamento Crítico”, intitulado “Os Boêmios Cívicos: A Assessoria Econômico-Política de Vargas (1951-54)”. Esta investigação foi articulada junto a alunos de mestrado, sob sua orientação, na Universidade Federal de Pernambuco, também membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento (D&R³ – UFPE).

Lançada apenas em 2013, a obra deriva de um relevante esforço de levantamento de documentação primária, entre 2011 e 2012, nos arquivos da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, e em arquivos de São Paulo. A coleta de informações se deu nos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio e O Estado de São Paulo. “Boêmios Cívicos” foi o termo utilizado por Getúlio Vargas para fazer referência à assessoria econômica do seu segundo mandato, sendo composta por: Rômulo de Almeida, Cleantho de Paiva Leite e Jesus Soares Pereira.

Este conselho tinha como responsabilidade a “consolidação e constituição de instituições estatais, muitas das quais ainda vivas, que foram, e ainda são, fundamentais para a consolidação de um Estado moderno no Brasil” (COSTA LIMA, 2013a, p. 175). Almeida, Leite e Pereira tinham destaque pelo alinhamento com os ideólogos “terceiro mundistas”, dadas “suas posturas pró-industrialização e pró-independência nacional, com incorporação das populações urbanas ao processo político” (Ibidem, p. 198).

A partir das supracitadas características da equipe varguista, é possível desvendar parte importante do programa de investigação do próprio Costa Lima, não só no recorte temporal que se faz neste limitado trabalho, mas ao longo de todo seu percurso como pesquisador. Havia naquele autor uma forte convergência com os atributos dos “boêmios cívicos”: a preocupação com a criação de um país moderno e independente, a incorporação das massas ao processo político-econômico e, especialmente, uma orientação internacional voltada para a solidariedade e a cooperação entre as nações do chamado Sul Global. Isto parece ficar evidente nas palavras de apresentação do livro:

Digo, sobretudo às novas gerações, que não se pode construir um país socialmente mais justo e com capacidade de ser sujeito de seu próprio destino, e com uma democracia que seja, de fato, emancipatória, se não conhecemos nossa História, se não nos tornarmos criadores de nossa própria modernidade. (COSTA LIMA, 2013a, p. 13, grifo nosso)

A criação desta “modernidade própria” é um ponto revisitado em vários escritos. Em artigo publicado em 2011, aparece uma crítica à matriz Ocidental, notadamente anglo-saxã, e à sua incapacidade de explicar a complexidade social dos países que estão na periferia do sistema internacional. Sob a égide do neoliberalismo, o próprio conceito de “desenvolvimento” seria, segundo ele, insuficiente para a resolução dos problemas mais urgentes da sociedade, como: “a destruição ambiental, a permanência da pobreza e dos privilégios em

³ Grupo de pesquisa fundado em 1998 pelo Professor Marcos Costa Lima.

escala global, a vulnerabilidade dos direitos humanos e o acirramento da violência” (COSTA LIMA, 2011, p. 348). A deficiência dos modelos conceituais do Norte Global, em seus aspectos teórico e prático, deveria fazer avançarem “as formulações que acentuam as críticas à matriz teórica ocidental, centradas em várias posições dos estudos pós-coloniais, que têm reivindicações emancipatórias” (Ibidem, p. 348).

Neste artigo, onde Costa Lima (2011) traça desafios, mudanças e novas questões para o Brasil do século XXI, identifica-se, claramente, um método tipicamente alinhado à economia política. Observe-se a complexidade da reflexão levantada: o autor desenvolve mobilizações sociais que podem apontar para mudanças no sistema internacional, discorre sobre a crise financeira e seus desdobramentos como desafios para todos os países – em especial, para o mundo “em desenvolvimento” – e finaliza alinhando global e local, ao repercutir tais acontecimentos sobre o desenvolvimento socioeconômico brasileiro no início do século XXI.

Ali, é possível identificar o apelo à interdisciplinaridade, comum em seus escritos, e à necessidade de uma visão multifacetada para a observação mais apurada da realidade. Ele diz que “pensar o Brasil para os próximos dez anos em seus desafios, mudanças e oportunidades, antes de tudo, requer uma abordagem compreensiva e articulada dos fenômenos econômicos, políticos, culturais e ambientais que nos conformam” (Ibidem, p. 346).

Presente na agenda do pesquisador pernambucano está, ainda, a crítica ao neoliberalismo e suas decorrências para a América Latina e o Brasil. As políticas impostas aos países latino-americanos, mais fortemente a partir da década de 1980, produziram vultosos desgastes sociais, arranjo desmobilizado, em maior ou menor grau, a partir do avanço de governos de esquerda e centro-esquerda:

A América do Sul viveu um contexto característico, que intitulo 30 anos de hegemonia neoliberal (1980/2010). Nesse período a região sofreu efeitos muito fortes das políticas de liberalização econômica, dos ajustes monitorados pelo FMI, da desregulamentação financeira, da privatização e da flexibilização das relações de trabalho. A articulação dessas políticas gerou efeitos econômicos e sociais desagregadores, e a sua violência, sobretudo para os setores que vivem de salário, foi justamente o que provocou a mudança política desses governos, com tendências que, em maior ou menor medida, sinalizaram para a retomada de políticas sociais mais amplas, capazes de recompor o desmantelamento do Estado e mesmo de aprofundar o processo integracionista regional, quando não buscar ampliar as relações internacionais Sul-Sul, reduzindo os processos anteriores de subordinação às potências do Norte. (COSTA LIMA, 2011, p. 349)

O papel do Estado é o núcleo da análise nestes escritos, o que alinhava a crítica ao capitalismo neoliberal e a saída pela via desenvolvimentista. Recorrendo a Polanyi (2012), pensador de presença regular nas discussões realizadas por Lima, ele reporta que o neoliberalismo desmobiliza, esvazia e redireciona o termo “desenvolvimento”, tendo em vista a construção de uma falsa retórica que confere ao mercado autorregulado a força motora do processo. Costa Lima (2011) remove o mercado do centro analítico e reposiciona a política como campo próprio da transformação social. Neste contexto, ele indica a democracia, enquanto mecanismo de participação popular efetiva, como condição necessária para a consolidação de um projeto de desenvolvimento nacional:

É relevante que diferentes segmentos e organizações da sociedade possam participar da definição dessa agenda futura e da própria gestão pública, ampliando suas oportunidades de influir no direcionamento das ações do Estado. Ao se colocar a democracia no centro do debate sobre desenvolvimento, abre-se a possibilidade para reconsiderar essas relações e, no limite, para reconhecer na democracia um elemento catalisador do desenvolvimento. (COSTA LIMA, 2011, p. 353)

Esta problematização em torno da relação Estado-mercado aparece em várias análises, com forte adesão ao pensamento de Harvey (2005), Polanyi (2012) e Chesnais⁴ (2011). Centrado nestes autores, Costa Lima (2014) entende que o Estado é um agente central na dinâmica do capitalismo, que pode operar como um facilitador e gerenciador do grande capital e que o neoliberalismo quer fazer crer, de modo falacioso, que o Estado é exterior ao mercado. Para ele, a ofensiva ao papel estatal, a partir do avanço neoliberal:

[...] consistiu precipuamente em quebrar o conjunto das instituições e das relações sociais que constrangiam o capital. Essas instituições e suas relações tinham capacidade para frear a liberdade de ação do capital, asseguravam aos assalariados os elementos de defesa contra seus empregadores, garantiam o pleno emprego no período chamado keynesiano e uma proteção social para a maior parte da população, ao menos no centro do sistema. (COSTA LIMA, 2014, p. 56)

⁴ François Chesnais foi supervisor de pós-doutorado de Costa Lima na Universidade Paris XIII, sendo, mais do que isto, seu amigo pessoal.

A oposição à ortodoxia se dava não apenas no plano prático, como já demonstrado no início desta seção, mas também no desenvolvimento das teorias, no arranjo da estrutura acadêmica. Costa Lima era um intelectual que lutava pela inserção e consolidação do pensamento externo ao eixo anglo-saxão, no rechaço ao eurocentrismo, sendo um importante difusor da obra de autores como Celso Furtado, Caio Prado Jr, Franz Fanon, Edward Said, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Spivak, Walter Mignolo, Amitav Acharya – para citar apenas alguns dentre diversos nomes indianos, africanos, asiáticos e latino-americanos.

Tais leituras aparecem de forma recorrente no período delineado neste trabalho. Em um texto em coautoria (ELÍBIO JR; ALMEIDA, COSTA LIMA, 2013, p. 451-452), ressalta-se a limitação das Relações Internacionais em dialogar com os estudos pós-coloniais, fenômeno que pode ter se processado dada a “recusa por parte do establishment das TRI de postura eminentemente protecionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte – ou por que não dizer a totalidade – de seus pressupostos centrais”. Desta forma, o Sul Global aparece como aspecto relevante no trabalho deste cientista social, especialmente a partir do seu olhar sobre Brasil, Índia e China, três realidades incessantemente estudadas a partir de leituras dos pensadores locais, da estreita cooperação com intelectuais daqueles países (no caso brasileiro, com pesquisadores de todas as regiões) e visitas.

Apesar do profundo conhecimento a respeito da realidade indiana, por exemplo, Costa Lima (2013) adverte sobre a prudência que é necessária ao se tratar de um país com o qual não se tem uma intrínseca experiência, algo que deve ser lição para os pesquisadores em geral:

É sempre difícil escrever sobre um país que não é o seu. Toda cautela é importante, mesmo se você já visitou o mesmo, acompanha suas notícias pelos jornais, tem um razoável conhecimento de determinada literatura específica e autores considerados relevantes no país. Falta o cotidiano, de como se enfrentam os graves problemas, pelo Estado, sociedade e grupos específicos. Por mais que estatísticas estejam disponíveis. É sempre uma percepção parcial, incompleta. (COSTA LIMA, 2013b, p. 186)

A preocupação com a questão do desenvolvimento socioeconômico, aquele que o autor atrela a uma concepção fundamental de democracia, reaparece nos seus escritos sobre a Índia. A este respeito, Costa Lima (2013) ressalta as debilidades criadas com um modelo de “modernização conservadora”, que faz com que aquela economia avance do ponto de vista produtivo sem, entretanto, produzir ganhos em termos de distribuição de renda.

Costa Lima (2013, p. 185) chama atenção para o fato de que a Índia, a partir desta plataforma de desenvolvimento concentrado, “reproduz a pobreza e a violência contra os despossuídos, através de um modelo predatório, concentrador de renda e inepto”. Além disso, enfatiza que “o desenvolvimento da política na democracia indiana tem sido reduzido a um cálculo efetuado para maximizar, para os ricos, os benefícios deste desenvolvimento, independente do que venha a ocorrer com a maioria pobre da população” (Ibidem, p. 198).

A partir destas leituras, é possível identificar uma interlocução entre os escritos do período 2011-2014, temas os quais, certamente, não se esgotam nesta demarcação temporal; sendo resultado de construções anteriores e transbordando para agendas futuras do pesquisador em tela. Em síntese, pode-se destacar, neste momento, o entrelaçamento entre (i) estudos desenvolvimentistas, com ênfase no papel do Estado e de uma democracia verdadeiramente inclusiva; (ii) a estruturação destas instâncias em estudos de caso, especialmente Brasil e Índia; (iii) a conexão destes tópicos com uma estruturação mais global a respeito do funcionamento do capitalismo, suas crises e efeitos sobre países em desenvolvimento; (iv) uma avaliação epistemológica que conduz ao questionamento das teorias “padrão” e a luta pela ruptura com o pensamento eurocêntrico, a partir do avanço de autores do Sul Global, em especial no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais.

A próxima seção faz um salto temporal, avançando para os anos de 2018 e 2019, a fim de recortar e conglobar assuntos correlatos. Justifica-se este recurso pela tentativa de classificar, juntamente com os marcos de tempo, os temas correspondentes, a fim de refletir maior clareza para o leitor. Para facilitar a distribuição dos temas e a organização metodológica deste trabalho, portanto, destacar-se-á, em seguida, a questão agrária no pensamento de Marcos Costa Lima. Posteriormente, serão retomados artigos e trabalhos anteriores, que versam sobre a China.

3. QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS: ESCRITOS DE 2018 E 2019

A obra de Lima, mesmo vasta e complexa, é marcada por profunda coerência entre os assuntos tratados. Conforme já definido no escopo deste artigo, observa-se uma capacidade ímpar de transitar por diversos tópicos de pesquisa sem, entretanto, perder a conexão entre todos eles. As diversas crises do capitalismo aparecem ao longo dos trabalhos, em suas variadas formatações: financeira, climática e, também, pelo olhar em relação ao problema da terra. Esta última agenda trouxe resultados em diversas frentes.

Através do Instituto de Estudos da Ásia⁵ (UFPE), foi realizado o “I Seminário sobre Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e Nutricional: Brasil e China em perspectiva”. Esta atividade foi organizada em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Pernambuco, e com o Grupo de Pesquisas sobre Fome e Relações Internacionais (FOMERI), da Universidade Federal da Paraíba. Além de pesquisadores dos campos do Direito e das Relações Internacionais, estiveram presentes profissionais do departamento de Nutrição da UFPE, selando o caráter complexo e interdisciplinar do encontro.

Este seminário resultou em um livro, em 2019, organizado pelo Professor Marcos Costa Lima e Eduardo Oliveira, obra que levaria o mesmo título do encontro. Revelando o caráter de expansão e de atuação também política, o livro seria lançado em uma roda de debates, aberta ao público, realizada no Armazém do Campo, no Recife. Esta conferência, para fora dos muros da universidade, contou com a presença do organizador do livro, bem como de autores e membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Conforme McMichael (2016), ancorado também em Polanyi (2012), referências presentes nos estudos de Costa Lima sobre os regimes alimentares, compreende-se que alimento, mão de obra e capital foram, sob a égide do capitalismo, submetidos à mercantilização. Deste prisma, concebe-se a questão agrária como sendo resultado de um entrelaçamento entre fundamentos político-econômicos institucionalizados, promotores do mecanismo de acumulação em escala global (MCMICHAEL, 2016). Assim, os regimes alimentares estariam diretamente ligados ao modo de acumulação capitalista em suas diversas configurações: a partir da hegemonia britânica, da consolidação do poder norte-americano e do crescimento do poder das grandes corporações (Ibidem, 2016).

Seguindo estes pontos de orientação, Costa Lima (2018a, p. 12) evidencia que “é incorreto destacar apenas as questões industrial, tecnológica e financeira como capazes e suficientes para estabelecer” uma compreensão global do capitalismo. Reforçando o complexo emaranhado de elementos, definido por McMichael (2016), o pesquisador pernambucano avalia que o problema da segurança alimentar não pode ser dissociado do papel danoso exercido pelas grandes corporações. Para ele:

O setor agrícola global, hoje regulado pelo grande capital, pelas grandes corporações do setor, representa uma imensa e complexa rede e cadeia, que articula o grande varejo como a Cargill (EUA); Tyson Foods (EUA); Green Giant (EUA); Archer Daniels Midland (EUA); Wal Mart (EUA); Tesco (Reino Unido); Ahold (Holanda) e Carrefour (França). (MCMICHAEL, p.12, 13)

E este modelo define uma ordem mundial capitalista dominada, hierarquizada e estruturada sobre a produção e o consumo de alimentos em escala mundial. É um regime que diz respeito à projeção de poder político e econômico do capitalismo mundial, que organiza a produção agrícola reduzindo os custos salariais e aumentando a lucratividade e estabelecendo o abastecimento com preço mundial administrado. (Ibidem, p.12-13)

A partir desta estrutura desigual, observa-se um duplo polo de hierarquização: (i) entre países, tendo em vista que o capitalismo central impõe aos periféricos um papel de exportadores de produtos primários, na Divisão Internacional do Trabalho e (ii) entre as grandes corporações e os pequenos produtores “que se transformam em trabalhadores informais das cidades, conformando um imenso exército mundial de reserva no Sul Global” (Ibidem, p. 13).

O fenômeno da estrangeirização de terras é um objeto de reflexão que também aparece, tendo um enfoque especial da questão no Brasil e na China. Aqui, é possível verificar que o autor corrobora a interação intrínseca entre a terra e a acumulação de capital, assim como em seus escritos anteriores. Em “Land grabbing, fome e meio rural: Brasil e China”, Lima e Oliveira (2019) reforçam a relação entre a estrutura de acumulação capitalista, em sua forma financista, e a compra de terras, como ativo “seguro”, tendo em vista menor volatilidade, atenuados riscos associados e uma materialidade efetiva, que faz frente ao universo da valorização fictícia. Para eles:

⁵ Atualmente, Coordenadoria de Estudos da Ásia, estrutura ligada ao Centro de Estudos Avançados da UFPE.

É necessário destacar que a interconexão do mercado financeiro com produção global de alimentos aumentou o impacto na distribuição dos grãos e outros gêneros essenciais. Em face dos riscos apresentados pela volatilidade do mercado de derivativos, a compra de terras pode representar uma garantia real para os investimentos em caso de uma nova bolha financeira estourar, visto que a terra apresenta um caráter de materialidade. Portanto, especialmente a partir de 2007 a terra passou a ser alvo de especulação e corre o risco de se tornar mais uma commodity a ser transformada em ativo financeiro. (COSTA LIMA; OLIVEIRA, 2019, p. 24-25)

Em outros termos, ressalta-se o uso da terra como elemento especulativo, o que terá impactos reais nos preços dos alimentos e, conseqüentemente, na segurança alimentar da população mais vulnerável. Os autores demonstram as repercussões da migração dos especuladores, em momentos de crises, do mercado financeiro em direção ao mercado de bens reais, em especial, o de alimentos. Nesta transição, os preços dos produtos de primeira necessidade são forçados para cima, garantindo lucratividade exorbitante (COSTA LIMA; OLIVEIRA, 2019).

O Brasil, nesta leitura, é apresentado como um país que sofre do problema da estrangeirização de terras, tendo esta questão passado por processos recentes de desregulamentação, que facilitaram a aquisição daqueles ativos por estrangeiros. Nesta dinâmica, as recentes configurações políticas do país latino-americano apontam para ampliação do privilégio do agronegócio, maior acúmulo de poder por parte dos ruralistas e negligência das questões ambientais. Pelo lado chinês, apesar das contradições persistentes entre campo e cidade, em especial nas condições de bem-estar, Costa Lima e Oliveira avaliam que houve uma amplificação da capacidade de cultivo de grãos, refletindo maior autonomia produtiva, e uma trajetória de modernização da agricultura do país asiático (Ibidem, 2019).

Em consonância com suas preocupações desenvolvimentistas sobre o Brasil, o Professor Marcos Costa Lima se debruça sobre o problema agrário e o agravamento da questão na conjuntura política mais recente, especialmente sob os governos Temer e Bolsonaro. Ele argumenta que “o Cerrado vive hoje uma ofensiva de grandes capitais nacionais e internacionais, ligadas ao agronegócio, que tem produzido impactos econômicos, sociais e ambientais” e que este é um movimento que “também está relacionado à utilização das terras agrícolas sob a forma de ativos financeiros por grandes grupos nacionais e internacionais, como área de especulação agrícola e de expansão do agronegócio”. Tal sistema tem, ainda, “contado com incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Estado” (COSTA LIMA, 2018b, p. 20).

Esta agenda de pesquisa encontra fôlego ainda maior nas produções de Costa Lima sobre meio ambiente, sobre as quais o presente trabalho se debruçará mais à frente. A seção que segue retoma as produções de 2015, dando seguimento ao marco temporal encerrado no subtópico anterior a este. Em sequência, serão abordados os textos que apresentam enfoque na ascensão da China e seus impactos na economia internacional.

4. A PREOCUPAÇÃO COM A ASCENSÃO CHINESA E SEU PAPEL NA ECONOMIA MUNDIAL: ESCRITOS DE 2015 A 2021

Os estudos sobre a China foram os mais marcantes do período em análise, tangenciando virtualmente todos os outros tópicos aqui levantados. Costa Lima ajudou a consolidar a relevância deste tópico, tendo aberto canais de comunicação com importantes universidades chinesas, com pesquisadores de várias partes do globo e realizado seminários internacionais, os quais auxiliaram na estruturação de uma agenda de pesquisa, especialmente no Nordeste brasileiro, sobre o país asiático. Lima possuía profundo respeito pela história e pela cultura chinesa, tendo sido, ao longo de sua trajetória, bastante cauteloso ao tratar do assunto. Em suas palestras, ele sempre expressou este cuidado, sinalizando a necessidade de aprofundar os conhecimentos em várias frentes: economia, política, cultura, sociedade, realidade urbana e rural, etc. Ele procurou ampliar sua leitura particular de autores daquele país, bem como divulgá-los na academia e fora dela, tendo realizado quatro viagens até lá.

A produção acadêmica sobre a China foi abundante. Para além dos vários artigos científicos, entrevistas e seminários, foram organizados três livros, em cooperação com pesquisadores brasileiros e estrangeiros, muitos dos quais, chineses. Fazem parte deste acervo: da Série Pensamento Crítico, *Perspectivas Asiáticas*, de 2016; *Sobre a China*, de 2018, e *Brasil e China nas Relações Internacionais: Temas e Debates*, livro digital, de 2021. O livro “Sobre a China” foi um dos mais vendidos pela EDUFPE e “Brasil e China nas relações internacionais” está em preparação para o lançamento de sua segunda edição, em formato físico.

O ano de 2015 é marcado pela consolidação dos estudos asiáticos, com grande ênfase na questão do desenvolvimento chinês. Neste momento, enquanto parte do Centro de Estudos Internacionais, é inaugurado o Instituto de Estudos da Ásia (IEÁSIA-UFPE), sob coordenação do Professor Marcos Costa Lima. Já no ano de fundação, é organizado o Primeiro Seminário do IEÁSIA, intitulado “Conhecer a Ásia”. Em 2017, demarcando a relevância da pesquisa sobre Ásia em instituições nordestinas, é realizado o “1º Seminário Nordestino de Estudos da Ásia”, como colaboração entre as universidades federais de Pernambuco (UFPE), Bahia (UFBA), Sergipe (UFS), da Paraíba (UFPB), que também contribui com a sua universidade estadual (UEPB), além da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e instituições de ensino superior privadas de Pernambuco, como a ASCES e a Faculdade Damas. Atualmente, como parte do Centro de Estudos Avançados (CEA-UFPE), a Coordenadoria de Estudos da Ásia consolida-se como o maior grupo de pesquisas sobre Ásia no Norte-Nordeste, tendo uma importante projeção nacional e integração internacional.

Um dos aspectos de interesse nas investigações de Costa Lima era a questão urbana, como um desdobramento das suas pesquisas sobre desenvolvimento socioeconômico. O crescimento das cidades, a relação com as áreas rurais, o deslocamento interno de pessoas, as condições de infraestrutura, transportes, acesso a eletricidade, foram temas retratados em alguns textos. No que diz respeito à Ásia, destaca-se o artigo “Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China”, apresentado preliminarmente no Beijing Forum, em 2014, e publicado em periódico em 2015. Naquele trabalho, Costa Lima, Silva e Alves (2015) desenvolvem uma perspectiva histórica dos processos de crescimento e desenvolvimento das cidades no Brasil e na China, destacando que “o acúmulo de pobreza nas grandes cidades, mesmo em alguns países de renda elevada, apresenta uma série de impasses que fazem da questão urbana um tema proeminente e desafiador para pesquisadores de diversas áreas” (2015, p. 207).

Há, de acordo com os autores, um contraste entre o movimento de urbanização brasileiro – marcado por acumulação de população superexplorada nos grandes centros, ampliação do exército industrial de reserva de origem rural, articulação entre moderno e arcaico e ausência de planejamento (Ibidem, p. 207) – e o modelo chinês - caracterizado por um papel definitivo do governo:

Primeiro, com a ampliação da vitalidade econômica pela implantação de uma nova estratégia de desenvolvimento regional. Em segundo lugar, promovendo o desenvolvimento de cidades consideradas atrasadas ou em declínio pelas transferências governamentais, via políticas fiscais. Consequentemente, metrópoles e grandes cidades não cresceram anormalmente no processo de globalização da urbanização chinesa (COSTA LIMA; SILVA; ALVES; 2015, p. 213).

Em 2016, três escritos se sobressaíram em relação a análise de Costa Lima sobre o crescente papel da China no sistema internacional, são eles: Costa Lima e Silva (2016a; 2016b e 2016c) e Costa Lima (2016). Além dos três artigos supracitados também é nesta fase que Costa Lima lança o livro “Perspectivas Asiáticas”, fruto de sua articulação e cooperação com pesquisadores de destaque nesta área temática.

Marcos Costa Lima sempre reforçou a importância da historiografia internacional para compreensão das dinâmicas do século XXI. Hobsbawm (1995) e Arrighi (1996; 2008) eram leituras obrigatórias e importantíssimas em seus ensinamentos e orientações. Em suas análises de economia política internacional, Costa Lima (2016) defendia firmemente que a análise e compreensão de dois processos históricos e revolucionários precisavam estar presentes em qualquer análise de economia política internacional, eram eles as transformações técnico-produtivas e a revolução na informática e a ascensão chinesa, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980.

Vale salientar que a preocupação com a questão tecnológica permeia toda a sua obra de maneira tangencial, algo que gera repercussão em seus estudos sobre a China. A partir de 2019, ele retorna às pesquisas sobre as dinâmicas da inovação tecnológica, no que se pode rotular como sua tese geral sobre dinâmicas do capitalismo. Os últimos 5 anos de pesquisa de Costa Lima são voltados a compreender o que ele entendia como eixos propulsores da EPI: Desenvolvimento, Meio Ambiente, Inovação Tecnológica. Aqui, verifica-se a totalidade de seu pensamento, já que observa a Economia Política Internacional a partir destes vários eixos e relaciona-os em suas várias fases de trabalho, como é possível verificar a partir do presente artigo.

Em vários momentos, o autor pondera que o deslocamento de poder, que atualmente se observa com a ascensão chinesa, não se tratava de fato novo do século XXI. Para ele, havia “uma modificação geopolítica de deslocamento do poder tradicional, situado no entorno do Atlântico para o continente asiático, que havia sido desencadeado pelo Japão a partir de 1955 até a década de 1970” (Ibidem, p. 7). Esse processo, no entanto, foi desmantelado pela crise asiática de 1997, que gerou muitas dúvidas na comunidade científica sobre a

viabilidade dessa mudança geopolítica. O autor ainda reflete que “tal insucesso representou uma oportunidade para reduzir a “corrida para o desenvolvimento” e refletir coletivamente sobre o caminho de desenvolvimento que os países da Ásia deveriam seguir” (Ibidem, p.8).

O pesquisador analisa que a ascensão chinesa foi tida, em certo tempo, como uma força desagregadora para o crescimento econômico da região. Em 2002, China e ASEAN assinaram um Acordo de Livre Comércio, que exerceu uma grande pressão sobre o Japão e a República da Coreia, que tiveram de seguir o exemplo através da intensificação de seu comércio com o mesmo bloco, baixo o guarda-chuva intitulado “ASEAN+ 3”. Assim, com a China como um crescente poder regional econômico e político, sua iniciativa com o ASEAN acabou por produzir um novo momento na direção da chamada Nova Era da Integração Econômica na Ásia do Leste (COSTA LIMA, 2016). O professor então concluía que “buscar, pela via de um intenso pragmatismo, equilibrar os avanços dos tigres econômicos e do Japão é um desafio constante para a China, que centraliza e dá o ritmo da economia regional” (COSTA LIMA, 2016).

Ao explicar o “modelo chinês” de desenvolvimento e urbanização que os transformaram em gigantes do comércio internacional, Marcos Costa Lima defendia que tamanho sucesso estava ligado endogenamente a uma política urbana de grande intensidade, com intensa tutela estatal e amplo planejamento do desenvolvimento. Nesse modelo de desenvolvimento, as cidades são um elemento central para crescimento econômico. Segundo o autor, no “modelo chinês”, a densidade urbana fornece o caminho mais claro da pobreza à prosperidade, como a maior cidade das invenções, porque articula reduzir os custos através de economias de especialização e escala, proporcionando maior rapidez na disseminação de conhecimento e informação (COSTA LIMA, 2016). Ademais, Costa Lima também era um firme defensor de que o projeto de ascensão chinesa pacífica seria factível, muito embora, ele tenha se mostrado mais complexo na atualidade do que nas primeiras três décadas do pós-Reforma e Abertura. Para o autor:

[...] a China precisa pensar fortemente sobre ela mesmo, sobre suas questões internas e sobre a sociedade internacional na qual é hoje um dos maiores players. Estes processos, em meio a uma crise ainda sem descortino, criarão fortes tensões – por exemplo, com os Estados Unidos da América e com o Japão, sem que possa repetir a sua experiência de sucesso desde 1978. O país está melhor posicionado que a maioria das grandes potências para se sair bem e não poderá manter uma distância confortável dos problemas hoje enfrentados pelo Ocidente. Querendo ou não, a China será demandada para uma ação internacional capaz de estar à altura de suas atuais condições de uma grande potência. Neste sentido, a dimensão da paz e a afirmação categórica desta premissa podem representar um valor inestimável de superação da crise capitalista. (COSTA LIMA, 2016, p.10)

Ainda no escopo do lançamento do livro “Perspectivas Asiáticas” o estudo, de Marcos Costa Lima e Joyce Helena Ferreira da Silva, sobre o Banco dos BRICS, questionava se este marco poderia constituir-se como uma via alternativa às instituições de Bretton Woods. Os autores avaliaram as repercussões do golpe de Estado no Brasil em 2016 e os desdobramentos deste sobre os BRICS. Costa Lima e Silva (2016a) compreendiam que essa tentativa de criação do Banco BRICS constituía-se como uma alternativa capaz de enfrentar a hegemonia financeira do G7. Segundo o autor, esta ferramenta inaugurava uma nova etapa nos processos mundiais, que reforçava “a horizontalidade e a visibilidade às demandas do Sul global” (COSTA LIMA; SILVA, 2016a, p. 330).

O Banco dos BRICS, nesta perspectiva, criava novos horizontes, fora do escopo de “organizações historicamente ligadas aos interesses dos países centrais”. Costa Lima e Silva ressaltam, ainda, que esta estrutura precisaria de elementos de consolidação, tendo em vista que “o Banco dos BRICS surgiu como ponto marcante deste novo panorama, apesar de alguns elementos de insuficiência” (Ibidem, p.330).

No que concerne ao contexto de criação do Banco do BRICS, os autores entendiam que “os cinco países do grupo possuem um objetivo comum que os torna coesos, a saber, o esforço pela implementação de estruturas de governança mais democráticas”. O professor compreendia que os BRICS surgiam como um dos principais pontos de resistência, “cujo grande tema é a proposição de uma ordem global multipolar, menos assimétrica, mais democrática e sem condicionalidades sobre políticas internas” (Ibidem, p.336). Dessa maneira, Costa Lima defendia que o bloco, e naquela altura, a criação do banco, representavam, apesar de todas as suas insuficiências, um avanço institucional em consonância com as transformações internacionais, e sugeria que o Banco do BRICS poderia ser “uma alternativa real às instituições de Bretton Woods” para os periféricos e subalternos (Ibidem, p.336).

Ainda que ávido entusiasta da ascensão chinesa, Costa Lima também observava com cautela a inserção do Império do Meio na América Latina. Em outro escrito de 2016, ele comentava sobre os benefícios e desafios que a economia chinesa trazia para a nossa região.

No artigo “Da Modernidade Pós-Colonial e das Relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial” ele coloca em questão a discussão sobre de qual forma a América Latina se insere nesse novo contexto de deslocamento de poder para Ásia. Costa Lima, via nesse momento, a oportunidade de a América Latina poder se colocar em oposição à estrutura política e econômica do imperialismo, e fazer frente às imposições do capitalismo central. Em uma associação com a economia chinesa, entretanto, havia ainda o desafio de manter com a China posicionamento incisivo, visto que a economia asiática possui maior poder de barganha. Este desafio exigiria – e ainda exige – um esforço político, econômico e teórico amplo (COSTA LIMA; SILVA, 2016c).

O professor defendia que a interação da região com o país asiático havia produzido resultados positivos, do ponto de vista conjuntural, porém, que exigia cautela e políticas incisivas no longo prazo, por reforçarem aspectos estruturais problemáticos na América Latina, como é o caso dos processos de reprimarização daquelas economias.

Faz-se necessário, aqui, constatar que o momento atual do Brasil e da América Latina revela que a região não agiu com cautela e que, portanto, as preocupações de Costa Lima em 2016, que mostravam uma tendência, tornaram-se realidade. A China se estabeleceu como principal parceiro comercial de países como Brasil e Argentina, representando uma larga fatia de aproximadamente 30% das exportações desses países. Esta pauta exportadora, conforme se conhece, é marcada, primordialmente, por commodities; tendo os dois países latino-americanos desmantelado suas indústrias nacionais, como consequência de crises políticas, econômicas e uma severa fase de decadência de seus projetos de desenvolvimento (G1, 2021; VALOR, 2022).

Ainda assim, Costa Lima e Silva (2016c) indicam que o principal motivo para a necessidade de cautela era em relação à “questão da elasticidade-renda dos produtos primários em comparação com a elasticidade-renda de produtos industrializados”. Os autores comentavam que “em muitos casos, as elasticidades-renda dos países são predominantemente determinadas pela detenção de recursos naturais e pelas características dos bens produzidos, que são um produto da História e independem do aumento da produção” (Ibidem, p.49). Lima e Silva apresentavam, também, como possível solução para este problema, a necessidade de um esforço “a partir de forte intervenção estatal, no sentido de quebrar com o circuito estrutural oriundo de processos históricos e de dotação prévia de recursos, sendo este o grande desafio para os países latino-americanos: a reinserção diferenciada na Divisão Internacional do Trabalho” (Ibidem, p.49).

Na mesma direção, também desmistificavam a necessidade de um receituário neoliberal e não-intervencionista das economias da América Latina, mostrando que “o mercado não esteve no papel de agente principal da trajetória de desenvolvimento destes países, nem no início do desenvolvimento capitalista, tampouco na contemporaneidade, e inclusive, o próprio mecanismo de livre-mercado só foi tornado possível a partir da ação deliberada do Estado nos países hoje desenvolvidos” (Ibidem, p.38).

Em 2018, na introdução do livro “Sobre a China”, Costa Lima (2018c) ressalta a consolidação do pensamento de Xi Jinping, colocado ombro a ombro com os grandes líderes da história contemporânea chinesa: Mao Zedong e Deng Xiaoping. O 19º Congresso do Partido Comunista Chinês acrescentava o pensamento de Xi Jinping sobre “o socialismo com características chinesas” na constituição. Nesta reflexão, Costa Lima (2018c) traz à tona alguns dos debates mais relevantes daquele momento: a planejada redução do ritmo de crescimento do PIB chinês, para um patamar de 6% e os aspectos iniciais do projeto da “nova rota da seda”, naquele tempo chamado de One Belt, One Road (OBOR); atualmente, Belt and Road Initiative (BRI).

Reforçando as preocupações com a América Latina, já presente nos escritos de 2016, Barbosa et al. (2018a) retratam a intensificação das relações entre o país asiático e os latino-americanos neste início de século XXI. Neste texto, os autores reforçam a questão da reprimarização, especialmente no caso brasileiro, apontando, a partir da apresentação de dados estatísticos, o baixo nível de dinamização da pauta exportadora da região em direção à China. Em relação ao investimento estrangeiro direto, revela-se uma concentração não apenas em termos setoriais, mas também em relação aos países receptores de IED chinês:

Além da concentração dos IED chineses na área de recursos naturais, percebe-se também que há uma centralização dos países que recebem esses investimentos. Dados da CEPAL mostram que entre 2005 e 2015 a metade dos financiamentos foram destinados a projetos no Brasil (30%) e no Peru (20%). O panorama apresentado elucida um pouco da dinâmica comercial entre a RPC e a América Latina, no entanto, não apresenta os diversos padrões de comércio tendo em vista que a região é composta por países que possuem suas estratégias internacionais e as ajusta aos seus condicionantes externos (BARBOSA, COSTA LIMA, FONSECA, GOMES, ALVES, 2018a, p. 240-241).

Esta análise, entretanto, não ficou restrita aos fenômenos econômicos. Colocando ênfase no Brasil, desde o ponto de vista da política externa, os autores destacaram alguns desafios, impostos pela ampliação da influência chinesa na região. Segundo eles:

Esse aumento na influência da RPC é fruto do vácuo de poder deixado ao final da Guerra Fria tanto pela Rússia, quanto pelos Estados Unidos. Além do desempenho econômico do Brasil, que foi “abalado pela trajetória declinante da taxa de crescimento de sua economia ao longo do governo Dilma Rousseff” (PINI, 2015, p.27). Esse declínio é observado na retração da participação brasileiro nos projetos de infraestrutura da região, que, conseqüentemente, receberam investimentos chineses, como por exemplo as represas “Nestor Kirchner” e “Jorge Capernic” na Argentina (PINI, 2015).

O último livro organizado por Marcos Costa Lima, lançado em 2021, traz, na apresentação, considerações sobre a formação do moderno sistema-mundo e a consolidação do sistema interestatal capitalista. Comprovando, mais uma vez, a argumentação do presente artigo – em favor da característica holística do pensamento de Lima – o autor reforça que Brasil e China

não tiveram qualquer participação na criação do “sistema interestatal capitalista”, mas sim foram integrados a ele de maneira forçada, e como se sabe, a um altíssimo custo. China e Brasil tornaram-se membros de fato desse sistema de forma tardia, quando as potências europeias, os Estados Unidos e o Japão já gozavam de avançados aparatos militares, econômicos e tecnológicos. É sob esse contexto holístico que devemos analisar o espaço ocupado pela China e pelo Brasil nas relações internacionais hodiernamente. (COSTA LIMA, 2021, p. 8)

Já no capítulo que compõe sua contribuição para o mesmo livro, Costa Lima e Montenegro (2021) trazem uma análise sobre a China e suas relações com a África e o Oceano Índico, a partir dos eixos econômico e de segurança. Para eles, o continente africano constitui parte fundamenta da política externa da China, sendo “um espaço geoestratégico fundamental para as ambições internacionais” daquele país (COSTA LIMA; MONTENEGRO, 2021, p. 145). No que diz respeito ao Oceano Índico, “águas Índicas são parte fundamental da Iniciativa Cinturão e Rota, principal projeto de política externa da RPC, e naturalmente se transformaram em um locus privilegiado da expansão econômica e militar do gigante asiático”. Comprova a análise o fato de que

A assertividade chinesa nos litígios territoriais no Mar do Sul, o envolvimento em empreendimentos portuários variados, a realização de exercícios antipirataria e a abertura de sua primeira base militar no exterior são traços de evidências que apontam de forma incontestante que, cada vez mais, a jornada de projeção internacional da China deve robustecer-se rumo ao teatro marítimo (COSTA LIMA; MONTENEGRO, 2021, p. 145).

Como se tentou comprovar nesta seção, os estudos sobre a China marcaram profundamente os escritos mais recentes de Marcos Costa Lima, com grande produção, nos últimos sete anos. Várias foram as facetas investigadas e a pluralidade da produção: tratando desde os impactos da ascensão chinesa no sistema internacional até as avaliações de suas relações com países do sul Global. A questão urbana, a reformulação das instituições internacionais, as assimetrias nas relações com a América Latina e a África, aspectos econômicos, políticos, geopolíticos e de segurança internacional marcaram a difusão de temas em torno da Ásia. Como é possível verificar em outras seções deste trabalho, o problema agrário e do meio ambiente também foram perpassados pela China.

Encaminhando para a finalização deste artigo, a última parte será dedicada a algumas formulações de Lima a respeito do meio ambiente; este que foi um dos seus últimos, mais preciosos e defendidos objetos de pesquisa. A questão ambiental aprofundou a inter-relação entre os sujeitos pesquisador e político, entre o homem acadêmico e militante. Costa Lima aproximou-se bastante dos movimentos sociais, em especial, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), modificando também sua vida pessoal, seu trato com os recursos e a alimentação. Com este mote, o pesquisador revela a profunda interconexão entre toda sua agenda, alinhavando capitalismo, acumulação, crise, desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Dado o escopo deste trabalho e seu limite de espaço, serão traçadas algumas diretrizes mais recorrentes.

5. A CRISE DO CAPITALISMO PELA ÓTICA AMBIENTAL: ESCRITOS DE 2018 A 2021

A questão ambiental tem se tornado incontornável, especialmente quando se procura compreender a dinâmica, os efeitos e as possibilidades de mudança social, dadas as diversas crises geradas pelo capitalismo. Marcos Costa Lima tinha esta interpretação e vinha se tornando cada vez mais crítico às leituras que se faziam restritas às interpretações daquele sistema econômico pela via de um

economicismo estreito. Temas como indústria, inovação, tecnologia e finanças passaram a compor um arcabouço intimamente entrelaçado às investigações sobre meio ambiente.

Em um texto de 2018, Costa Lima apresenta a conexão entre (i) o processo de oligopolização – tendência predominante no modo de acumulação de capital, especialmente pós-financeirização – e (ii) a ampliação do que ele chama de “tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais”. Compatibilizando seus estudos de economia política internacional, segurança alimentar e meio ambiente, o autor mostra, com grande enfoque ao caso brasileiro, que o país é um dos maiores mercados de agrotóxicos do mundo, representando cerca de 20% do total global (2018d, p. 22).

Tal posição repercute em contaminação direta dos trabalhadores rurais, dos lençóis freáticos, da fauna brasileira e de todos aqueles que consomem os produtos expostos a este tipo de tratamento. Os latifúndios brasileiros corresponderiam, segundo dados apresentados pelo pesquisador, ao 12º território do planeta, caso representassem, somados os estes geográficos, um país soberano (COSTA LIMA, 2018b). Estas “formações predatórias”, extremamente concentradas em configurações oligopolizadas, geram “violência, expulsões, doenças, contaminação das águas, destruição ambiental e pobreza” (Ibidem, p. 20).

Apesar das fortes críticas ao imobilismo das autoridades nacionais e internacionais diante da crise ambiental, uma marca constante na obra de Marcos Costa Lima é a presença de possibilidades concretas de mudança. Em 2019, no texto “O colapso ambiental que se pronuncia”, ele argumenta que “as principais lideranças políticas falharam em reconhecer que o impacto humano sobre o meio ambiente atingiu um estágio crítico, que erode a estabilidade socioeconômica dos lugares” (COSTA LIMA, 2019, p. 18). Ao citar Polanyi (2012) e Lowy (2019), indica que a acumulação ilimitada e a mercantilização de tudo, inclusive seres humanos e recursos naturais, foram processos que permitiram a acelerada degradação que se assiste no momento atual. Apesar do quadro preocupante, Costa Lima (2019) aponta para o ecossocialismo como uma janela de mudança. O núcleo do conceito seria o planejamento democrático ecológico gerenciado pela própria população, colocando as necessidades humanas e ecológicas em primazia e não o lucro e os ganhos privados.

Costa Lima observa que esta excessiva mercantilização é fruto, também, de uma “visão antropocêntrica” do mundo, em que “a cultura humana foi sempre vista como criativa e imutável, além de inesgotável, enquanto tudo mais no planeta era entendido como passivo e fixo – simples recursos naturais ou matérias-primas, também a serem exploradas infinitamente” (COSTA LIMA, 2019, p. 4). Na mesma direção propositiva que faz do ecossocialismo, argumenta que a China apresenta importantes revisões em sua postura, sendo o líder Xi Jinping um exemplo para as autoridades, especialmente do mundo Ocidental:

[...] são poucos os líderes mundiais a afirmar categoricamente o quão comprometidos estão nesta luta para reduzir os efeitos do aquecimento global. O presidente da China, Xi Jinping, tem não apenas se posicionado em seus pronunciamentos sobre o problema ambiental, mas estabelecido uma agenda assertiva ampla que vem se consolidando no país e, mais do que isso, tem tratado a questão como uma esperançosa civilização ecológica (COSTA LIMA, 2021, p. 6).

Como síntese dessas leituras, pode-se verificar o relacionamento profundo entre capitalismo, desenvolvimento, finanças, segurança alimentar, Brasil, China e crise ambiental. As agendas se apresentam, portanto, como vasos comunicantes. É sobre isto que trata a próxima parte, que traz em tela as considerações finais deste artigo-homenagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se revisitar os mais relevantes tópicos de pesquisa de Marcos Costa Lima, no período compreendido entre 2011 e 2021. Desde tal perspectiva, foram colocados em evidência quatro temas de maior destaque: (i) desenvolvimentismo e as possibilidades de superação das condições de subdesenvolvimento; (ii) a questão agrária e o problema da estrangeirização de terras; (iii) a China e sua inserção no complexo sistema político-econômico internacional; (iv) meio ambiente e a crise ecológica. Ao desenrolar da revisão de literatura, apresentadas as visões do autor a partir de vários textos de sua autoria e em colaboração com outros, foi possível reconhecer o íntimo entrelaçamento em sua agenda de pesquisa: vasta, complexa e intrinsecamente coerente.

Costa Lima foi um pensador crítico e persistentemente otimista. Em seus escritos, observa-se um profundo inconformismo em

relação ao sistema capitalista, especialmente na sua configuração neoliberal-financista, à gestão da política brasileira no período recente, ao mau uso dos recursos naturais; e, desde um ponto de vista epistemológico, uma profunda insatisfação com as teorias eurocêntricas. Suas contestações, entretanto, apareciam seguidas de propostas, possibilidades, exemplos e formulações sobre como seria possível modificar a realidade, transformando a sociedade de forma democrática e humanista.

Ao longo do artigo, procurou-se lançar luz sobre elementos persistentes na análise de Lima, como a observação das constantes crises do capitalismo, em suas diferentes dimensões, a ênfase no Sul Global – em especial, Brasil, Índia e China, a conexão entre local e global – para citar alguns aspectos. Reconhecem-se, no entanto, as dificuldades e lacunas do presente texto, diante do volume e da complexidade da produção do pesquisador pernambucano. Dado o restrito espaço que representa um artigo científico, procurou-se, aqui, entusiasmar a curiosidade de jovens pesquisadores, que porventura não sejam familiarizados com esta produção, ampliar os horizontes daqueles que já são leitores deste pensador e, mais importante, prestar homenagem a este que foi mestre, referência e amigo.

É possível detectar, a partir das seções apresentadas, uma agenda que se faz resistência: na crítica contundente ao modo de acumulação capitalista – produtor de assimetrias entre os países, de degradação ambiental e de marginalização das camadas menos favorecidas; e no debate epistemológico e na inclusão do pensamento subalterno e periférico – para que o Sul Global seja explicado “por ele mesmo”. Para atingir esta profundidade, Costa Lima recorre, frequentemente, ao artifício da interdisciplinaridade, o que é aferido em sua obra e nas articulações que executou a partir de grupos de pesquisa, seminários, organização de livros e debates públicos. Em sua trajetória, dialogou com sociólogos, economistas, internacionalistas, cientistas políticos, arquitetos, juristas, nutrólogos; aproximou-se de movimentos sociais, de organizações públicas e privadas, de professores, pesquisadores e trabalhadores de dentro e de fora do Brasil.

Finaliza-se esta reflexão convocando para a tarefa de se seguir este itinerário plural, de se erguer, a partir do arcabouço deixado por Marcos Costa Lima, uma universidade inclusiva, aberta às interlocuções e atenta para as questões reais e mais urgentes da sociedade. A ciência precisa estar conectada com a vida social, garantindo propostas de modificação do mundo para melhor.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni (2008). Adam Smith em Pequim: **origens e fundamentos do século XXI**. Boitempo editorial.
- _____. (1996). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Editora Unesp.
- BALANÇA comercial: **veja ranking dos principais parceiros do Brasil em 2021**. G1, 04 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/04/balanca-comercial-veja-ranking-dos-principais-parceiros-do-brasil-em-2021.ghtml>>. Acesso em: 14/07/2022
- BARBOSA, M. P., Lima, M. C., FONSECA, P. A. A., GOMES JÚNIOR, R. A. M.; ALVES, V. L. (2018a). **A Nova Rota da Seda e a Ascensão Pacífica Chinesa**. Século XXI: Revista de Relações Internacionais, v. 7, p. 62-77.
- CHINA **ocupa espaço que era do Brasil na Argentina**. Valor, 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/28/china-ocupa-espaco-que-era-do-brasil-na-argentina.ghtml>>. Acesso em: 14/07/2022
- CHESNAIS, François (2011). **Aux racines de la crise économique mondiale**. In: Carré Rouge, n.46, dec, pp. 7-17.
- COSTA LIMA, Marcos (2021). **Um sopro de esperança: Xi Jinping e a civilização ecológica**”. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 43, outubro.
- _____. (2020). **O Brasil na contramão: fogo, queimadas e negligência estatal**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 38, setembro.
- _____. (2019). **O colapso ambiental que se pronuncia**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 30, jul.
- _____. (2018a). **Segurança Alimentar e as Sistemáticas Contradições do Capitalismo**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 20, mar.
- _____. (2018b). **Vocês conhecem o termo MATOPIBA?** Revista Jornalismo e Cidadania, n. 24, jun.
- _____. (2018c). **Sobre a China**. Recife: Edufpe.
- _____. (2018d). **Os pesticidas: poderosa cadeia mundial de venenos**. Revista Jornalismo e Cidadania, n. 27, dez.
- _____. (2016). **Introdução**. In: **COSTA LIMA, Marcos (org). Perspectivas Asiáticas**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Folio Digital.
- _____. (2014). **Crise sistêmica, desordem mundial, financeirização e Estado: desafios e oportunidades para os países emergentes**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 23, n. 1.

- _____. (org.) (2013a). **Os Boêmios Cívicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)**. Série Pensamento Crítico, volume 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento.
- _____. (2013b). **A experiência indiana: crescimento predatório e manutenção da pobreza**. Estudos Internacionais, v. 1 n. 2 jul-dez, p. 185-203.
- _____. (2011). **O Brasil na segunda década do século XXI: desafios, mudanças e novas questões**. Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 9, p. 345-354.
- _____. COSTA LIMA, Marcos; SILVA, Joyce Helena Ferreira (2016a). **“Banco dos BRICS: Uma via alternativa às instituições de Bretton Woods?”** In: COSTA LIMA, Marcos (org). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Folio Digital.
- _____. (2016b). **As relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial**. Revista Densidades (Online), v. 19, p. 11-32.
- _____. (2016c). **Da Modernidade Pós-Colonial e das Relações da América Latina com a China em um novo Contexto Mundial**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 5, p. 26-53.
- _____. COSTA LIMA, Marcos Costa; SILVA, Joyce Helena Ferreira; ALVES, João Ricardo Cumarú (2015). **Território, desenvolvimento e a economia das grandes cidades: perspectivas do Brasil e da China**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 205-230.
- COSTA LIMA, Marcos; OLIVEIRA, Eduardo Matos (2019). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: Editora Fasa.
- _____. ELÍBIO JR, Antônio Manoel; ALMEIDA, Carolina Soccio Di Manno de; COSTA LIMA, Marcos (2013). **Edward Said e o Pós-Colonialismo**. Saeculum Revista de História, Universidade Federal da Paraíba—Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes—Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História.
- HARVEY, David (2005). **The New Imperialism**. Oxford University Press. pp. 91-93.
- HOBSBAWM, Eric (1995). **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras.
- MCMICHAEL, Philip (2016). **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS.
- PINI, André Mendes (2015). **Acrescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 21, set-dez.
- POLANYI, Karl (2012). **A grande transformação: As origens da nossa época**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier.